

O s indicadores da pobreza no Brasil e a formulação de políticas públicas para o seu enfrentamento

The Indicators of Poverty in Brazil and the Public Policy Formulation to Face It

Lorraine Saldanha Freitas Xavier de Souza

Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na USP/EACH, bolsista Fapesp, integrante do Brazilian Policy Agendas Project. E-mail: lorrainesfreitas@usp.br

Resumo: O presente artigo tem como campo de estudo predominante as políticas públicas, na medida em que serão abordados os mecanismos básicos de identificação de problemas, a exemplo dos indicadores sociais, responsáveis por fornecer à sociedade e aos formuladores de políticas públicas dados quantitativos e qualitativos sobre a pobreza absoluta e a segurança alimentar em nosso país. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, objetiva-se desenvolver a ideia de que as políticas públicas podem ser o meio adequado para o combate da pobreza no nosso país, dada sua capacidade de equacionar, ainda que minimamente, diretrizes de atuações governamentais voltadas ao desenvolvimento econômico e social. A partir da análise de gráficos contendo dados sobre a pobreza no Brasil, concluiremos que o conhecimento efetivo da realidade social pode ser capaz de conferir inteligibilidade ao problema da pobreza no país, incutindo nos governantes o conhecimento objetivo da realidade social a ser transformada. O resultado da conjugação destes critérios de análise é revestir de propósito e racionalidade o processo pré-decisório de formulação das políticas públicas, o que pode impactar diretamente a busca pela igualdade socioeconômica no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: Políticas públicas. Dados sobre a pobreza. Combate à pobreza. Combate à desigualdade. Desenvolvimento socioeconômico.

Abstract: This article has as its predominant field of study public policies, insofar as the primary mechanisms for identifying problems will be addressed, such as social indicators, responsible for providing social and public policymakers with quantitative and

qualitative data on absolute poverty and food security in our country. Based on bibliographic and documental research, the objective is to develop the idea that public policies can be the appropriate means to combat poverty in our country, given their ability to equate, albeit minimally, guidelines for government actions aimed at economic and social development. From the analysis of graphs containing data on poverty in Brazil, we will conclude that practical knowledge of the social reality may be able to give intelligibility to the problem of poverty in the country, instilling in government officials the objective understanding of the social reality to be transformed. The combination of these analysis criteria is to endow the pre-decision-making process of public policy formulation with purpose and rationality, which can directly impact the search for socioeconomic equality in Brazil and Latin America.

Keywords: Public policies. Poverty data. Fighting poverty. Fighting inequality. Socioeconomic development.

1 Introdução

As políticas públicas no Brasil passaram a ganhar maior visibilidade e importância com o advento da Constituição Federal de 1988 tendo em vista a sua capacidade de equacionar, ainda que minimamente, diretrizes de atuações governamentais voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

Neste espírito, o presente artigo busca, em um primeiro momento, pontuar os objetivos da República Federativa do Brasil, no que concerne à erradicação da pobreza e da redução das desigualdades sociais. A esse respeito, desenvolve-se a ideia inicial de que as políticas públicas podem ser o meio adequado para se concretizar esta diretriz, cumprindo a promessa do constituinte originário em adjudicar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, por meio do combate à pobreza.

Em um segundo momento, conceitua-se e delimita-se o nosso estudo ao aspecto da pobreza absoluta, bem como a necessidade da contínua obtenção e levantamento de dados pelos indicadores sociais para tornar inteligível aos formuladores de políticas a grandeza deste problema, a fim de fomentar a produção de políticas públicas voltadas a mitigar esta mazela. A esse respeito, demonstramos a partir de dados reais que a questão da pobreza absoluta está intimamente ligada à fome, de modo que a implementação de programas de transferência de renda, voltados a combater a desnutrição no Brasil, culminaram no decréscimo da pobreza no nosso país.

Na parte direcionada à conclusão, pontuamos a importância que políticas públicas vindouras sejam permeadas de um processo decisório pautado pelo conhecimento objetivo da realidade social a ser transformada, sugerindo que os governantes não negligenciem os dados sobre

esta temática que impacta diretamente o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Por fim, considerando os programas bem-sucedidos de combate à pobreza em nosso país, desenvolvido e pontuado ao longo do artigo, colocamo-nos a refletir sobre o compartilhamento destas medidas com os países da América Latina e na região do Caribe que, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) poderá atingir um total de 83,4 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, gerando aumento significativo nos níveis de fome e de outras misérias sociais.

2 As políticas públicas e os indicadores sobre a pobreza absoluta como o meio adequado para se alcançar os objetivos da República

A República Federativa do Brasil tem como um de seus objetivos constitucionais erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, conforme norma constitucional inscrita no art. 3º, III:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Trata-se, segundo França (2011, p. 3), de uma meta a ser promovida por todo o sistema estatal “com força coativa imediata, possuindo eficácia vinculante de seu conteúdo, como norte a ser concretizado em toda e qualquer ação dos integrantes do Estado brasileiro”.

A busca pela realização deste objetivo, inscrito na Constituição Federal de 1988, tem por escopo maior concretizar a democracia em todos os seus aspectos, sejam eles econômicos, sociais e culturais, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana (DA SILVA, 2013, p. 108) na medida em que a previsão do constituinte originário acerca do objetivo relacionado à erradicação da pobreza e da desigualdade social representa a posição do Estado brasileiro frente à luta contra a exclusão social, a ignorância e a opressão.

Neste contexto, as políticas públicas – compreendidas neste estudo a partir das lições de Souza (2017, p. 68) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, capazes de influenciar a vida dos cidadãos – surgem como instrumentos capazes de forjar a realização de objetivos determinados para a concretização de princípios e regras constitucionais, haja vista que seu desígnio primordial consiste em ordenar os recursos à disposição do Estado para a realização de objetivos socialmente relevantes (BUCCI, 2002, p. 241), materializando, pois, os ideais de um Estado social preocupado em superar o antagonismo entre igualdade política e a desigualdade social. Como desdobramento do próprio conceito de políticas públicas, o governo assume papel de destaque para a apresentação de

alternativas aos problemas que se destacam e, a partir destes, gera-se a expectativa de sua solução, a partir da qual cumpririam os governantes com o objetivo do constituinte originário em adjudicar os direitos fundamentais e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Neste ponto, o combate à pobreza pela via política em muito favorece o desenvolvimento do país, tanto no aspecto subjetivo, pessoal, quanto em um aspecto macro, isto é, relacionado ao próprio desenvolvimento da nação, na medida em que, no primeiro caso, as políticas públicas podem ser capazes de incrementar na vida do indivíduo os atributos relacionados à renda e qualidade de vida, tanto nas esferas cultural e social. No segundo caso, o desenvolvimento da nação será alcançado em razão da indissociável relação com o aspecto subjetivo, isto é, aprimorando a qualidade de vida dos seus cidadãos, o Estado alcançará melhores índices de desenvolvimento social e econômico como um todo.

Neste estudo, interessa-nos abordar a forma pela qual o enfrentamento da pobreza é tratado e compreendido no contexto político, o que nos remete aos estudos sobre formação de agenda, desenvolvidos por John Kingdon (2003) e por Baumgartner e Jones (1993), que propuseram os modelos de múltiplos fluxos e de equilíbrio pontuado, respectivamente, representativos do estado da arte da literatura sobre *agenda-setting* no campo de políticas públicas (CAPELLA, BRASIL, SUDANO, 2015, p. 10).

A esse respeito, o processo de formação da agenda governamental (*agenda setting*) voltada a criar políticas de combate à pobreza é fator relevante a ser compreendido. Isto porque, é neste processo que visualizamos as definições de prioridade, do próprio governo ou, ainda, a análise das redes, interações e competições entre os atores no sistema político, envolvendo partidos, atores formais e informais que buscam, neste contexto, priorizar a temática de combate à fome (BRASIL, 2013, p. 44). Vislumbra-se, pois, neste processo como um problema passa a ser considerado como tal e ascende à agenda governamental, compreendida como conjunto de assuntos sobre os quais o governo e as pessoas ligadas a ele concentram sua atenção em um determinado momento (KINGDON, 2003, p. 3) para que então sejam contempladas numa agenda decisória, composta de questões prontas para uma decisão ativa dos formuladores de políticas prestes a se tornarem políticas (SOUZA, 2017, p. 88).

Nesta conjuntura, o presente estudo questiona como os indicadores da pobreza extrema no Brasil podem constituir mecanismos responsáveis por chamar a atenção dos governantes sobre este problema, alçando-o à agenda governamental e posteriormente decisória, contribuindo para um entendimento acerca da política de combate à fome.

Conforme desenvolveremos nas linhas abaixo, o pleno conhecimento sobre características das populações que vivem na linha da pobreza, pode fomentar a formulação de políticas públicas mais específicas e assertivas, na medida em que o conhecimento efetivo da realidade social pode, portanto, ser capaz de conferir inteligibilidade ao problema da pobreza no país.

2 Sobre o conceito de pobreza

Dada a existência de inúmeros fatores que compõe a ideia de pobreza, muitos autores a entendem como um conceito em construção, muito em razão de sua complexidade teórica acerca do seu entendimento. Neste sentido, Romão (1982, p. 2) levanta os seguintes questionamentos sobre os quais devem ser tomados em consideração quando o problema da pobreza é abordado:

Poucos conceitos são tão difíceis de definir como o de pobreza. Deve ela ser definida em termos absolutos ou relativos? Deve ser considerada como um “juízo de valor”? Para ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou os aspectos não-econômicos também devem ser explicados? A pobreza deve ser compreendida em relação à estrutura sociopolítica da sociedade de que faz parte, ou vista independentemente dessa estrutura? Estas questões – e muitas outras poderiam ser lembradas – ilustram a complexidade de que está imbuído o conceito de pobreza.

Acerca do aspecto multidimensional do conceito de pobreza, Albernaz Crespo e Gurovitz (2002, p. 3) esclarecem que:

A conceituação de pobreza é algo extremamente complexo. Pode ser feita levando em conta algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sociopolítica da sociedade.

Certos da abrangência e da complexidade acerca de sua conceituação, Rocha (2006, p. 9) pontua pobreza como “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Em seu aspecto econômico, a pobreza gravita em torno de duas concepções: absoluta e relativa.

2.1 A pobreza absoluta

Refere-se às questões de sobrevivência física, isto é, o indivíduo não acessa os meios materiais para manter sua necessidade vital, relacionando-se, sobretudo, à alimentação e nutrição adequada. Já a pobreza relativa, segundo Azevedo e Burlandy, (2010, p. 2) diz respeito a “um conjunto de indivíduos relativamente pobres em sociedades que já garantiram o mínimo vital a todos”.

2.2 Da importância dos indicadores para o enfrentamento da pobreza absoluta

Dadas estas ideias incipientes, a obtenção dos dados sobre a pobreza absoluta no Brasil se dá, dentre outros meios, por mecanismos básicos de identificação de problemas, como é o caso dos indicadores sociais levantados, principalmente, pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). Ele fornece à sociedade e aos formuladores de políticas públicas (*policy makers*) dados quantitativos e qualitativos acerca dos indicadores de desenvolvimento social, indicadores sobre segurança alimentar, dentre outros responsáveis por sanar uma crescente demanda por informações da sociedade brasileira.

De acordo com Kingdon (1995), um problema passa assim a ser considerado quando acreditamos que devemos fazer algo para mudá-lo, e essa percepção é alcançada, sobretudo, por meio de mecanismos básicos de identificação das questões sociais que nos cercam, capazes de responder por que razão alguns problemas recebem mais atenção do que outros por parte dos governantes.

Dentre os mecanismos citados pelo autor, encontram-se os indicadores sociais, responsáveis por avaliar a magnitude de uma situação, como a disseminação de uma doença, custo de um programa social, taxa de desemprego, condições habitacionais da população etc. Ao lado dos indicadores há também os mecanismos de *feedbacks* e os eventos-foco.

Neste sentido, os questionários levantados pelo IBGE, por exemplo, funcionam como indicador social capaz de evidenciar um potencial problema antes desconhecido pelos governantes, provendo-os de informações e dados necessários para a formulação de políticas públicas efetivas, cientes da realidade social que será modificada.

Sendo assim, o significado dos indicadores no âmbito das políticas públicas reside em permitir que os representantes do povo tenham pleno acesso às questões e problemas que se acercam de um setor específico da sociedade, na medida em que este mecanismo exerce a poderosa função de colher informações para sustentar um debate acalorado entre os governantes sobre a busca de igualdade e melhorias naquela área em que há um déficit específico. A razão de sua importância é justamente permitir que os problemas levantados sejam alocados com prioridade na agenda governamental, sobre os quais incidirão alternativas para sua resolução ou mitigação.

No que concerne à situação de pobreza extrema (absoluta) do país, esses indicadores se prestam a escancarar e tornar inteligível este problema

Nisto reside a importância de se quantificar os dados sobre a pobreza, pois a partir deles os governantes obtêm conhecimento dos contextos locais, “considerando que os determinantes da pobreza podem ser muito distintos, especialmente em países como o Brasil” (AZEVEDO e BURLANDY, 2010, p. 2), permitindo-lhes formar um aparato capaz de suportar as demandas futuras em investimentos, bem como a formação de bases estruturais voltadas a transformar positivamente a vida dos beneficiários das políticas públicas.

Ademais, os levantamentos de dados sobre a situação da pobreza no Brasil, feitos não apenas pelo IBGE, mas também por entidades como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tornam transparentes ao Brasil e ao mundo os problemas sociais que afetam diretamente nossa sociedade, impedindo uma postura negligente

dos nossos governantes no combate à pobreza, impondo-lhes um dever de despender as devidas ações no combate a este problema.

Desta forma, os indicadores sociais apresentados acima podem ser considerados um mecanismo básico de identificação da magnitude do problema da fome no Brasil, na medida em que chamam a atenção dos governantes sobre a complexidade e os dados que acompanham a pobreza no Brasil.

Assim, esses índices se assumem como instrumentos de caráter objetivo, desprovidos de cunho ideológico, voltados a quantificar e apontar o problema da pobreza no Brasil afastando o fator partidário, sensível à pressão política que o rodeia, impulsionando o problema de combate à pobreza às agendas governamentais e decisórias independentemente de fatores ideológicos e partidários.

Entendendo que a situação da pobreza absoluta causa a impossibilidade de se acessar alimentos vitais para a manutenção do indivíduo resultando, pois, na fome, os dados que quantificam brasileiros em situação de insegurança alimentar, e, portanto, em situação de pobreza, foram responsáveis por conduzir uma ação positiva do Estado, gerindo a produção de políticas públicas voltadas a reduzir a fome em nosso país.

Esta atuação resume a essência de uma política pública: influenciar positivamente a vida dos cidadãos, colocando o Estado em ação, para produzir efeitos específicos (SOUZA, 2017, p. 68). No caso, o efeito específico se consubstancia no combate à pobreza com o fim de viabilizar o acesso à nutrição adequada de nossos cidadãos.

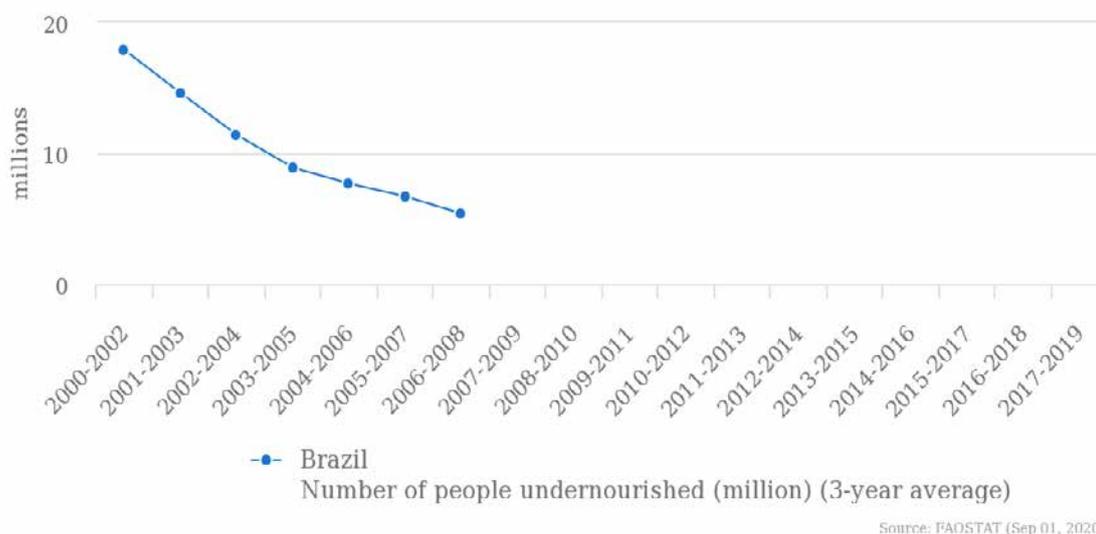
Um dos exemplos de maior repercussão nacional e internacional, pela sua efetividade no combate à fome, é o programa Fome Zero, criado no ano de 2003 pelo governo federal que, segundo a literatura, consistiu em um amplo programa que previa a participação dos três níveis de governo e da sociedade civil no combate à pobreza “além de contribuir para colocar a pobreza e a desigualdade na agenda pública”. (BICHIR, 2010, p. 6).

A respeito deste programa, o estudo global feito pela FAO, exposto no relatório *The State of Food Security and Nutrition in the world* é claro ao dispor que o Fome Zero transformou a segurança alimentar e nutricional em uma questão crucial na estratégia de política social e econômica, e incorporou a erradicação da fome à agenda política.

Essa posição assumida pelo Estado brasileiro no combate à fome foi pautada pelos dados que escancaravam a situação de miserabilidade de nosso povo, não deixando cair na obscuridade ou no esquecimento o problema da pobreza no Brasil como fator impeditivo de acesso à alimentação adequada.

Os indicadores da FAO, constantes do gráfico 1, por exemplo, traziam à luz as informações de que, nos anos 2000 a 2002, os números de brasileiros subnutridos eram de 17,9 milhões de pessoas. Entre 2004 a 2008, após a implementação do Fome Zero, esse número caiu para 5,4 milhões de pessoas.

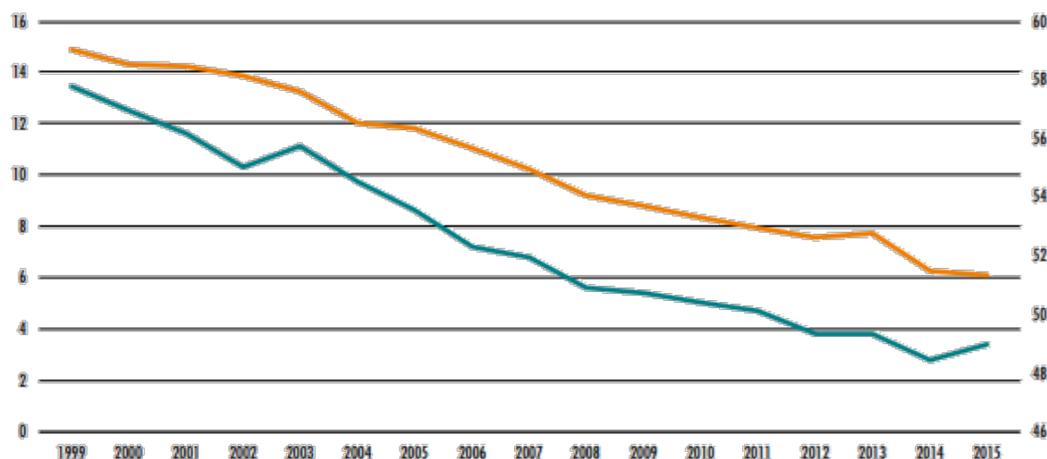
Gráfico 1 – Número de pessoas subnutridas em milhões (média de 3 anos)



Fonte: FAOSTAT 2020

Podemos analisar este decréscimo pela ótica de uma política pública interessada em apreender os dados existentes e, a partir deles, formular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano daqueles que se encontravam em condições de pobreza absoluta e que, pelo fato de não terem acesso a bens primários, como alimentos essenciais, não podiam conferir ao seu corpo energia suficiente para uma sobrevivência digna, tornando-se pessoas subnutridas.

Da análise do gráfico 2, chega-se à conclusão de que, entre os anos de 2003 e 2014, a taxa de pobreza no Brasil teve substancial decréscimo, assim como a diferença de concentração de renda entre os brasileiros, representado pelo índice de Gini. Combatendo a fome combate-se, pois, a pobreza absoluta no país.

Gráfico 2 – Diminuição da taxa de pobreza e do índice de Gini (1999-2015)

Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO, 2019)

Observa-se, portanto, que o grau de concentração de renda foi reduzido de 59 em 1999 a 51 em 2014, havendo um aumento da receita entre os mais pobres.

Como consequência, segundo o relatório da FAO, “as reduções em pobreza e desigualdade seguiram esse impressionante padrão de queda durante os anos 2000: 26,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza entre 2004 e 2014”.

Da conjugação destes dados, observa-se que a implementação de programas de transferência de renda, voltados a combater a desnutrição no Brasil, culminaram no decréscimo da pobreza no nosso país.

Apesar desta política pública ter sido responsável por reduzir, desde o ano de 2004, 25% da extrema pobreza e em quase 15%¹ da redução da pobreza no Brasil, este problema ainda está longe de ser sanado.

Temos, todavia, um exemplo de que o conhecimento sobre a realidade social a ser transformada, obtido através de dados qualitativos e quantitativos, podem fornecer lucidez ao processo político que antecede a formulação de políticas públicas, “conferindo uma qualidade decisória no sentido da clareza das prioridades e dos meios para realizá-las” (BUCCI, 2002, p. 269). Trata-se, pois, de uma prévia e necessária tomada de consciência para a elaboração de políticas públicas férteis e exitosas.

Sendo assim, diante de dados objetivos capazes de mapear o sério grau da pobreza no país, a postura adequada dos governantes, e esperada pelos seus governados, seria a priorização da continuidade das políticas públicas bem-sucedidas ou a implementação de novas,

1 Além do programa Fome Zero, diversos fatores contribuíram para o êxito no combate à fome neste período, na medida em que outros programas sociais de combate à fome no Brasil atuaram nos níveis de governo estadual e municipal, concomitantemente ao Fome-Zero, de espectro federal. Citamos o Programa Bolsa Alimentação que, em setembro de 2003, registrou 1,67 milhão de famílias atendidas e cerca de 2,3 milhões de beneficiários, com 73% de utilização do total de vagas previstas.

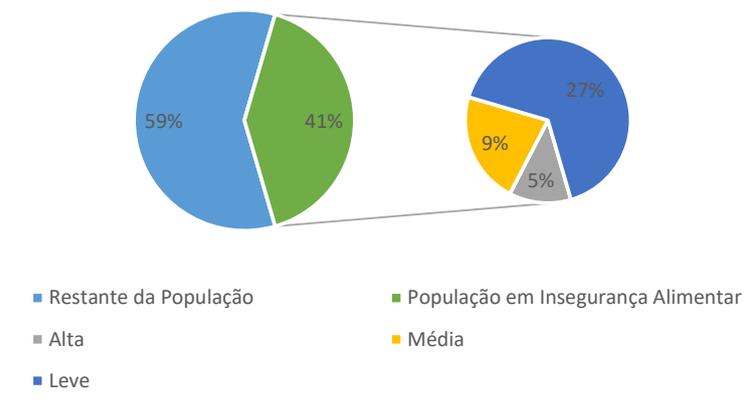
como o meio adequado para a promoção do desenvolvimento e inclusão social.

Isso porque, como dito nas linhas acima, o problema da pobreza no Brasil está longe de ser solucionado.

Segundo a *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil feita pelo IBGE*, atualmente dos 207,1 milhões de habitantes, 84,9 milhões encontram-se com alguma forma de insegurança alimentar, representando 22% da população.

Deste total, 56 milhões enfrentam insegurança alimentar leve, 18,6 milhões apresentam insegurança alimentar moderada e 10,3 milhões o estado de insegurança alimentar grave. Conforme representação constante do gráfico 3, isto significa que 5% da população brasileira não dispõe dos meios materiais para manter sua necessidade vital, comprometendo sua nutrição adequada e sustento de seu corpo físico:

Gráfico 3 – Representação da população brasileira em insegurança alimentar



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018

Afora a questão de que o conhecimento sobre dos dados da pobreza constitui medida crucial para formulação de políticas públicas mais efetivas e exitosas, é necessário pontuar que a divulgação periódica destas informações prestigia uma das virtudes próprias de sociedades democráticas, qual seja, a da transparência dos dados sobre as mazelas de nossa sociedade, reconhecendo-a como uma prerrogativa indissociável da relação estado-povo.

Desta forma, a prevalência da livre divulgação e transparência dos dados é medida adequada para a produção de políticas públicas férteis no combate à fome no nosso país.

3 Conclusão

Diante do cenário calamitoso da pobreza no Brasil, recomenda-se que o combate desta mazela deva ser pautado por uma linha mestra de atuação, qual seja, a da implementação de políticas públicas cujos processos decisórios que a precedem estejam cientes da realidade social a ser transformada, não negligenciando os dados sobre este problema que afeta o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

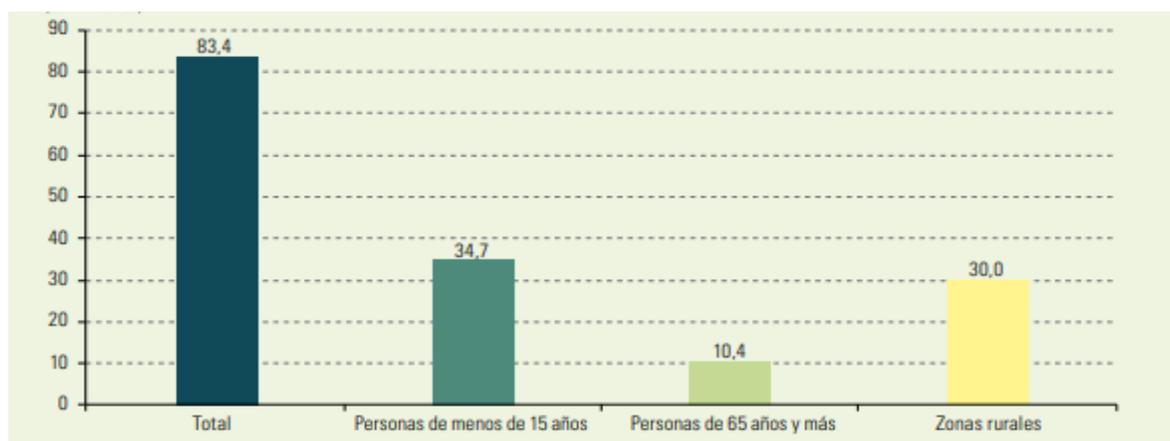
A razão de ser do reconhecimento desta realidade é justamente permitir que os problemas levantados sejam alocados com prioridade na agenda governamental, sobre os quais incidirão alternativas para sua resolução ou mitigação por meio de políticas públicas.

Assim, apreendendo os dados acerca da realidade, os formuladores de políticas públicas estarão aptos a desenhar políticas públicas mais específicas e assertivas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social.

Desta maneira, nosso país caminhará a passos concludentes em direção ao cumprimento de um dos objetivos primordiais de nossa República, qual seja, o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Por fim, não nos escusamos em ponderar que a pobreza extrema é um fator que extrapola as fronteiras de nosso país e se acerca de forma permanente na região latino-americana. Partindo desta premissa, vislumbramos nesse estudo a possibilidade de partilhar as boas práticas de combate à fome no Brasil aos países da América Latina e da região do Caribe que, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) poderá atingir um total de 83,4 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, gerando aumento significativo nos níveis de fome e de outras misérias sociais, conforme ilustrado no gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Estimativa das pessoas em situação de pobreza na América Latina e Caribe (em milhões)



Muito embora os números ali estampados sejam preocupantes, o relatório aponta que o incremento da pobreza extrema nessas regiões, em termos de números absolutos e relativos, consubstancia uma tendência que se observava desde 2014 e 2015, principalmente no caso da pobreza extrema nas áreas urbanas.

O compartilhamento das ideias para fomentar o combate à fome na América Latina e na região do Caribe, prestigiaria a união de nossa comunidade latino-americana de nações que, não raramente, compartilham dos mesmos problemas sociais, como a pobreza extrema.

Juntos e coesos a uma mesma premissa, a de que temos que erradicar a pobreza em nosso continente mediante o profundo conhecimento de nossas peculiaridades sociais, econômicas, históricas e geográficas, podemos aprovisionar os formuladores das políticas de informações imprescindíveis no processo de desenvolvimento adequado das políticas públicas de combate à pobreza.

Referências

- ALBERNAZ CRESPOM, Antônio Pedro; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae-Eletrônica**, v. 1, n. 2, jul.-dez./2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. Saraiva. 2002. p. 269.
- BICHIR, Renata Mirandola. Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 87, 2010. pp. 115-129. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007. Acesso em: 3 nov.2020.
- BRASIL, Felipe Gonçalves. Políticas participativas e a nova literatura de análise de políticas públicas: novos horizontes para agenda de pesquisa. **Revista Gestão de Políticas Públicas**. v. 3(1): pp. 44-61, 2013.
- CAPELLA, Ana Cláudia N.; BRASIL, Felipe Gonçalves; SUDANO, Andreia Di Camilla Ghirghi Pires. **O estudo da agenda governamental: reflexões metodológicas e indicativos para pesquisa**. 2015. p. 10. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt30/9723-o-estudo-da-agenda-governamental-reflexoes-metodologicas-e-indicativos-para-pesquisas/file>. Acesso em: 12 maio 2022.
- CARVALHO DE AZEVEDO, Darana; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis UFSC**. 2010. p. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/07.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.
- DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Malheiros. 36. ed. 2013. p. 108.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world**. Roma, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

FAOSTAR. **Hunger and food insecurity. Number of people undernourished (millions)**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#country/21> Acesso em: 4 nov. 2020

FRANÇA, Gil Philip. Objetivos fundamentais da República, escolhas públicas e políticas públicas: caminhos de concretização dos benefícios sociais constitucionais. **Publica Direito**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=534488729ab74ff0>. Acesso em: 2 set. 2020.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais (SIS)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=25875&t=downloads>. Acesso em: 2 set. 2020.

INFORME COVID-19 – CEPAL-FAO: **Cómo evitar que la crisis del Covid-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe**. 16/06/2020. p. 8. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/4/S2000393_es.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policie**, 2. ed. Chapter 9, Wrapping things up. Harper Collins College Publishers.1995.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal de que trata?**. 3. ed. FGV, 2006. p. 9.

ROMÃO, Maurício Costa. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/292>. Acesso em: 9 fev. 2021.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Fio-cruz, 2017, pp. 65-86.